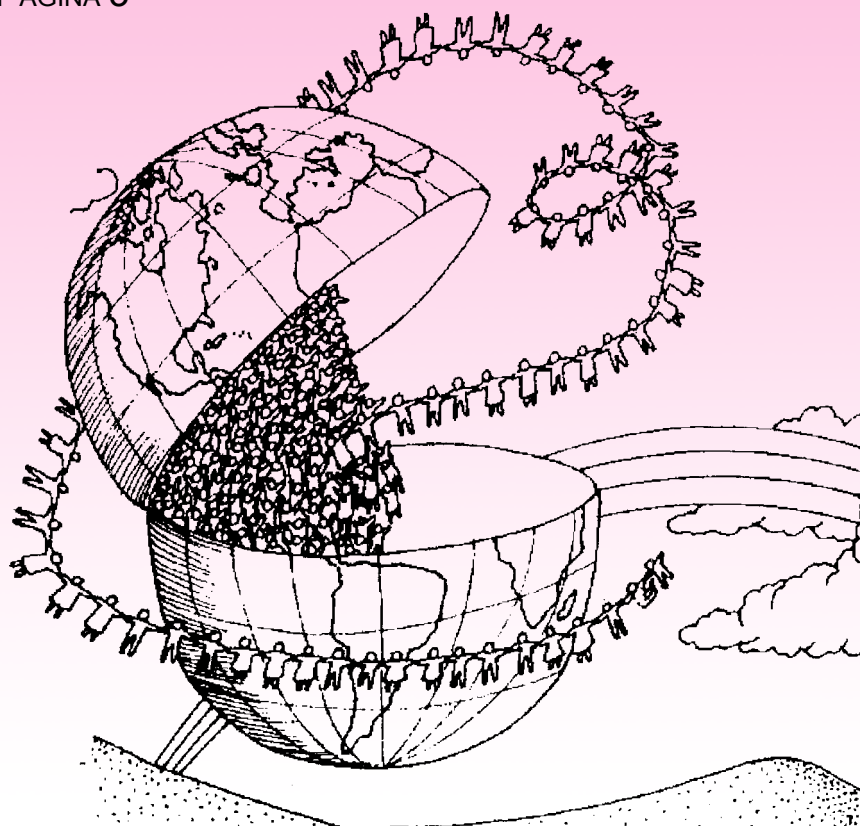




Reforma da Previdência Social

“As mulheres na Reforma da Previdência – o desafio da inclusão social”. Este foi o tema do Seminário que reuniu lideranças de várias articulações nacionais, dia 03 de junho, na Câmara dos Deputados. No evento, promovido pelo CFEMEA, Bancada Feminina no Congresso Nacional e a Comissão Especial da Reforma da Previdência, os movimentos feministas e de mulheres aprofundaram o debate sobre a Reforma, a partir da perspectiva de gênero, e consolidaram propostas ao projeto apresentado pelo Governo Lula. O Seminário também contou com o apoio do FES/ILDES (Fundação Friedrich Ebert/Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social).

PÁGINA 3



Fórum Social Mundial Temático

Entre os dias 16 e 20 de junho, mais de quatro mil pessoas reuniram-se em Cartagena de Índias, na Colômbia. Lideranças nacionais e internacionais participaram do Fórum Social Mundial Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico.

O Fórum Temático teve o objetivo geral de propiciar o encontro de diversos setores da sociedade civil para analisar, debater, buscar alternativas e coordenar esforços e ações sobre o narcotráfico e suas relações com a democracia, os direitos humanos e a violência.

Durante o Fórum, foram realizados diferentes Encontros. Dentre eles, o Encontro Internacional de Mulheres.

PÁGINA 6

VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos

Entre os dias 11 e 13 de junho, o auditório Petrônio Portela da Câmara dos Deputados foi ocupado por cerca de mil militantes de direitos humanos.

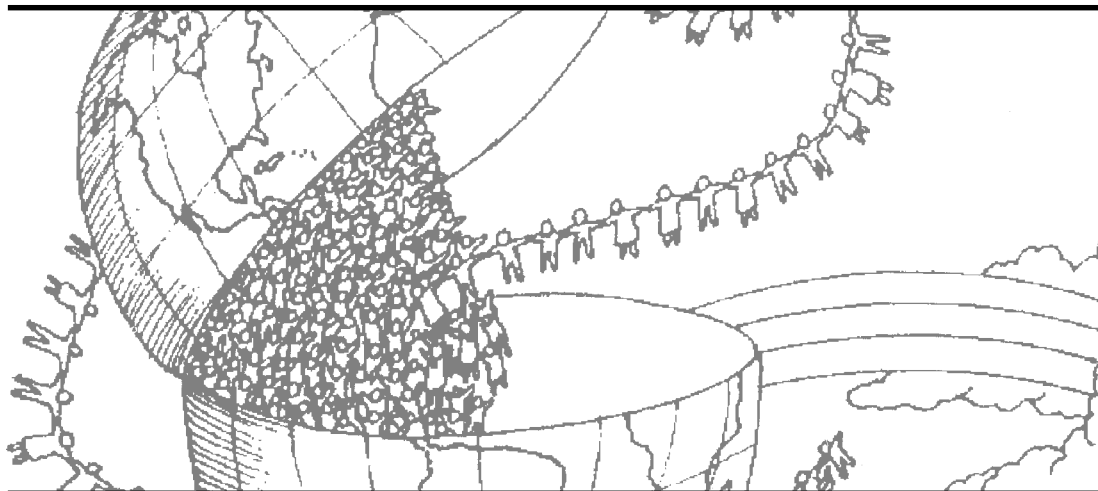
As mulheres tiveram grande participação, em especial nos grupos de trabalho, apresentando propostas nas diversas áreas temáticas. Uma das reivindicações foi a ampliação da representatividade feminina no futuro Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O CFEMEA, junto com o INESC, participou de um grupo que discutiu a temática “Orçamento e Direitos Humanos”, levando suas experiências sobre o assunto, com o objetivo de elaborar mecanismos para construção de um orçamento próprio para o Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Jonas Valente, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), analisa a importância da Conferência.

PÁGINA 8

Editorial



Nesta edição do jornal *Fêmea*, queremos compartilhar com você, leitor/a, nossa satisfação com o êxito do seminário **As mulheres na Reforma da Previdência – o desafio da Inclusão Social**, promovido pelo CFEMEA, Bancada Feminina no Congresso Nacional e a Comissão Especial da Reforma da Previdência, com o apoio do FES/ILDES. No dia 03 de junho, várias lideranças dos movimentos feministas e de mulheres participaram de intensos debates sobre o impacto da Reforma na vida das cidadãs brasileiras.

A Reforma da Previdência vai promover transformações em uma das principais políticas sociais deste país. As mudanças podem melhorar ou piorar o acesso a direitos. Neste contexto, é fundamental que continuemos participando intensamente deste debate político. Orientadas pelos princípios da igualdade, da solidariedade e da justiça, devemos defender e lutar para ver nossas propostas concretizadas.

O Congresso Nacional também foi o espaço de realização da **VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos**, entre os dias 11 e 13 de junho. O principal resultado do evento foi a construção de uma proposta que possa combater as graves violações de direitos humanos, no país, por meio da criação de um Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos, entre outras medidas.

Dos plenários da Câmara dos Deputados e Senado Federal, vamos a outros ambientes de debate. Importantes mobilizações estão acontecendo no país, a começar pelas discussões sobre o Plano Plurianual (PPA 2004/2007). De norte a sul do Brasil, centenas de representantes de segmentos sociais estão

participando de audiências públicas, fóruns e encontros com representantes do Governo, a fim de contribuir com a elaboração e implementação do PPA.

Além de participar dos debates sobre o PPA, as trabalhadoras rurais estão unindo esforços em prol de uma grande mobilização: a **Marcha das Margaridas** que, dia 26 de agosto, deverá reunir 50 mil mulheres em Brasília. Essas mulheres guerreiras dizem que têm “2003 razões para marchar”. Suas reivindicações serão orientadas por cinco eixos temáticos: o acesso das mulheres à terra; a promoção do desenvolvimento sustentável; a valorização do salário mínimo; saúde pública com assistência integral à mulher; e o combate à violência sexista.

Esperamos que suas vozes sejam tão ouvidas quanto as palavras pronunciadas pelas 3.500 delegadas que participaram do **Fórum Social Mundial Temático**, realizado em Cartagena de Índias, na Colômbia. O narcotráfico, as guerras, o terrorismo e a paz, os direitos humanos e a construção de sociedades foram alguns dos assuntos trabalhados durante o Fórum. Este grande encontro é mais um desdobramento do Fórum Social Mundial que, no próximo ano, será realizado em Mumbai, na Índia. Dentre outros motivos, a cidade foi escolhida por ser a capital financeira do país, assim como o lugar das mais famosas lutas da classe trabalhadora, greves de operários da indústria têxtil e ferroviários.

Estes são os principais assuntos que pautam esta edição do jornal *Fêmea*. Mais uma vez, esperamos subsidiar discussões e reflexões políticas que consolidem os direitos das mulheres, nos mais diversos locais do país. Boa leitura!



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: imprensa@cfemea.org.br

Home page:
<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salette Maccaloz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Maria do Carmo Seabra e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Ângela Alves, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Gilda Cabral, Glaci do Carmo Bren, Iáris Ramalho Cortês, Iéris Barros Luna, Michelle Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Myllena Calasans de Matos e Sérgio Gomes Timóteo.

Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Yeda Crucius e Zulaia Cobra. Deputados Alceu Colares, Fernando Gabeira, João Grandão e Roberto Freire. Senadora Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Paulo Paim.

Jornalistas Responsáveis:

Michelle Lopes – Iéris Luna
RP 4825/DF – RP 5143/DF

Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

Tiragem:

13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Quiz Design Gráfico

Impressão:

Athalia Gráfica e Editora Ltda.

Reforma da Previdência Social

Os movimentos feministas e de mulheres continuam disseminando suas propostas para uma Reforma que promova a justiça social, elimine os privilégios e contribua para a redução das desigualdades.

“**A**s mulheres na Reforma da Previdência – o desafio da inclusão social”. Este foi o tema do Seminário que reuniu lideranças de várias articulações nacionais, dia 03 de junho, na Câmara dos Deputados. No evento, promovido pelo CFEMEA, Bancada Feminina no Congresso Nacional e a Comissão Especial da Reforma da Previdência, os movimentos feministas e de mulheres aprofundaram o debate sobre a Reforma, a partir da perspectiva de gênero, e consolidaram propostas ao projeto apresentado pelo governo Lula.

As especialistas convidadas discutiram os equívocos das reformas já realizadas na América Latina, bem como as falhas do projeto apresentado para o Brasil. Em várias ocasiões, foi ressaltado que o foco do debate nacional sobre o sistema previdenciário não deve se restringir a questões meramente econômicas, como o déficit orçamentário, mas também deve considerar a questão da inclusão social.

No Seminário, as mulheres apresentaram suas propostas ao deputado José Pimentel (PT-CE), relator da matéria na Comissão Especial da Reforma da Previdência. O reconhecimento do trabalho

reprodutivo (aquele realizado no âmbito doméstico, de forma não remunerada) é uma das principais reivindicações. As participantes também solicitam que sejam adotados índices mais baixos de contribuição para o ingresso no sistema de trabalhador@s autônom@s e empregad@s doméstic@s; a ampliação dos benefícios previdenciários aos casais homossexuais; e a manutenção do caráter público do sistema.

Essas medidas estão detalhadas no documento “Propostas das Mulheres para a Reforma da Previdência”, divulgado entre os movimentos feministas e de mulheres, outros movimentos sociais, parlamentares, imprensa e sociedade em geral. O texto está disponível no site: www.cfemea.org.br.

Compromisso

No Seminário, o deputado José Pimentel (PT-CE) disse que a Reforma deverá elevar o número de contribuintes do Regime Geral dos atuais 28 milhões para 47 milhões. Entre os itens destinados a incluir @s trabalhador@s que se encontram fora do sistema, ele citou a redução da contribuição patronal de 22% para 11%, o que deverá trazer 7,6 milhões de trabalhador@s do setor informal para o formal.

Segundo Pimentel, das 40 milhões de pessoas que se encontram na informalidade, 18,7 milhões ganham mais de um salário mínimo e teriam condições de aderir ao sistema. O deputado também destacou a redução da contribuição patronal para @s empregador@s doméstic@s de 20% para 10%; e a diminuição da contribuição de autônom@s, de 20% para 10%.

O deputado explicou, ainda, como funcionará o sistema de aposentadoria complementar e disse que, exceto no caso do teto de contribuição, nenhum dos itens citados depende de emenda constitucional.

Após o Seminário, as negociações com o relator prosseguiram no sentido de se apresentar emendas à proposta de Reforma em tramitação na Câmara dos Deputados.

Para ele, a Reforma da Previdência não se resume às mudanças constitucionais propostas na PEC 40. Existem muitas questões que serão objeto de legislação infra-constitucional e que farão parte do seu relatório final como sugestões a serem negociadas com o Executivo. Já sabemos que a maioria das propostas apresentadas pelos movimentos feministas e de mulheres não exige mudanças na Constituição, podendo, portanto, fazer parte da legislação ordinária.

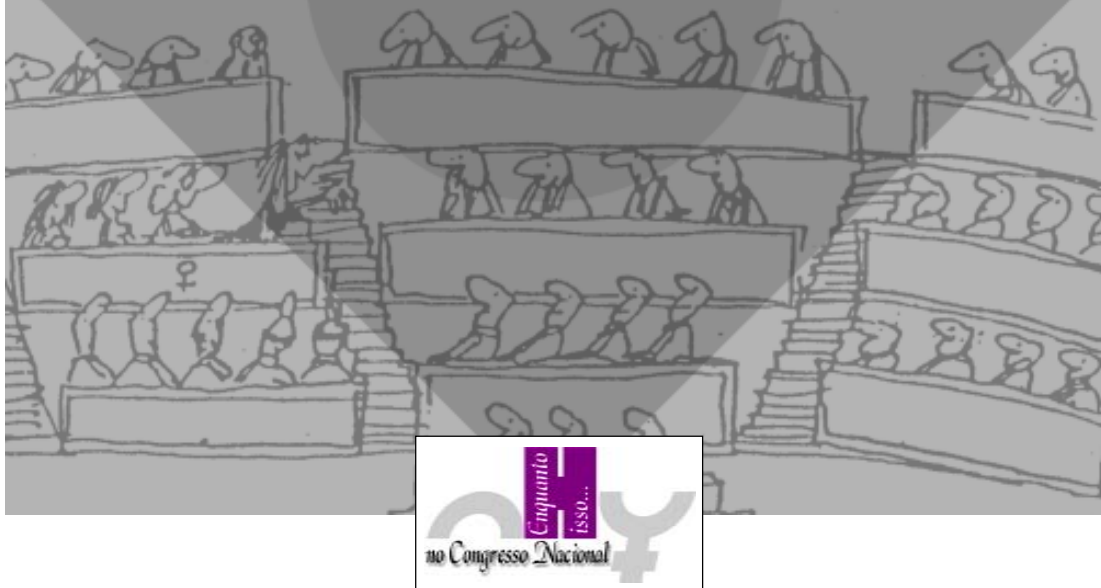
Dialogando com o Executivo

No dia 04 de junho, representantes de 44 organizações dos movimentos feministas e de mulheres participaram de uma Audiência Pública com o Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, e a Ministra Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Na ocasião, o Ministro firmou publicamente alguns compromissos com as mulheres:

- avaliar as propostas que saírem de Fóruns de discussão;
- discutir a questão da mulher frente à informalidade no mercado de trabalho;
- realizar reuniões de trabalho com especialistas em Previdência que analisam a situação das mulheres em sistemas previdenciários; e
- trazer especialistas de outros países que possam relatar experiências interessantes.

@s Ministr@s também anunciaram a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, composto pelos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O objetivo é debater as questões previdenciárias específicas das mulheres.



O mês de junho foi marcado pela discussão das propostas do Poder Executivo para as Reformas do Estado. As Propostas de Emenda Constitucional (PEC) para as Reformas Tributária (PEC 41) e da Previdência (PEC 40) foram debatidas em clima tenso e de muitas divergências na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, quando foi aprovada a constitucionalidade das duas matérias. Em seguida, foram encaminhadas às respectivas Comissões Especiais criadas com a finalidade de examinar o mérito de cada uma, com o prazo de 10 sessões para a apresentação de emendas.

Segundo as previsões do relator da PEC 40, deputado José Pimentel (PT-CE), até a segunda quinzena de julho o seu relatório será apresentado para apreciação da Comissão Especial. Enquanto isso, serão realizadas audiências públicas para ouvir representantes de vários segmentos envolvidos com a questão da Previdência Social.

Uso da talidomida regulamentado por Lei

Depois de tramitar por quatro anos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, o PLS 195/99, do senador Lucio Alcântara (PSDB-CE), foi transformado em Lei pelo Presidente da República, em 16 de abril. A Lei 10.651/03 refere-se ao controle do uso da talidomida, medicamento responsável pelo nascimento de milhares de crianças deformadas devido ao seu uso pelas gestantes, na década de 50. A talidomida foi banida no Brasil em 1962. Entretanto, por ser uma droga poderosa em doenças como a hanseníase, voltou a ser utilizada. Apesar da restrição de sua produção e circulação, ainda há registro de nascimentos com malformações congênitas pelo seu uso.

Com a entrada em vigor da nova Lei, a talidomida não poderá ser vendida em farmácias comerciais e a sua distribuição será feita pelos programas qualificados pela autoridade federal competente. Esses programas também deverão orientar @s usuáři@s sobre os efeitos da droga quando ingerida por gestantes. Além disso, terão de oferecer os métodos contraceptivos às mulheres em idade fértil, quando em tratamentos que empregam a talidomida.

A Lei prevê, ainda, que o Poder Público promova campanhas permanentes de educação sobre as conseqüências do uso da droga por gestantes e sobre a concessão de pensão especial aos/às portador@s da síndrome provocada pelo medicamento, de acordo com legislação específica sobre o assunto.

Combate às drogas e DSTs/aids

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD) rejeitou o Projeto de Lei 434/99, do deputado Magno Malta (PTB-ES), referente à obrigatoriedade do ensino sobre as

drogas entorpecentes e psicotrópicas e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e aids, nos cursos de primeiro e segundo grau e de formação de professor@s.

O principal argumento para a rejeição do Projeto é a existência dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os ensinos fundamental e médio que já incluem temas transversais nas áreas de saúde e educação, onde estão previstas as questões sobre Orientação Sexual e Ética e Cidadania.

O PL 434/99 não foi arquivado porque recebeu aprovação na CSSF, dia 19 de junho de 2002. O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Aumento da licença-maternidade

As mulheres que tiverem parto antecipado poderão receber maior proteção com o aumento do período da licença-maternidade e o conseqüente pagamento do salário-maternidade. Este é o conteúdo do PL 6.388/2002 aprovado na CSSF. Segundo a relatora do projeto, doutora Clair (PT-PR), "...a criança que nasceu prematura não pode ser considerada da mesma forma que outra que teve seu nascimento em torno de 40 semanas, já que tem de terminar sua maturação fora do útero materno. O enfrentamento deste problema passa pela melhoria na qualidade da assistência durante a gestação, parto, pós-parto imediato e cuidados com os recém-nascidos".

O cálculo sobre o período a ser ampliado, na licença-maternidade, é feito acrescentando a diferença entre o nascimento a termo (37 semanas) e a idade gestacional d@ recém-nascid@, devidamente comprovada. Por ser oriundo do Senado Federal e já ter sido aprovado também na CTASP, o projeto segue para a CCJR.



Violência: notificação compulsória

O Projeto de Lei da Câmara nº 08/02, da deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA), que estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, em serviços de saúde públicos ou privados, em tramitação no Senado Federal, teve o parecer do senador Antônio Carlos Valadares (PSB - SE) aprovado na CCJ.

O Projeto prevê que a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” e que para sua compreensão deve incluir a violência física, sexual e psicológica, devendo as autoridades sanitárias notificá-las, em caráter sigiloso, sob pena de cometer infração à saúde pública.

A violência, no âmbito doméstico ou público, atinge mulheres sem distinção de raça e classe. A iniciativa da deputada é de fundamental importância, pois os dados poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas de combate à violência e de programas de atendimento às vítimas.

Em fase conclusiva, a proposição será apreciada na CAS antes de seguir para o Plenário do Senado Federal.

PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM NO CONGRESSO NACIONAL

VIOLÊNCIA

Nº da Proposição/Ementa

PLC 08/02 (PL 4.493/01 na origem) - Estabelece a notificação compulsória da violência contra a mulher, em todo o território nacional, atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

Autoria

Deputada Socorro Gomes (PCdoB/PA).

Tramitação

Aprovado na CCJ. Parecer do sen. Antônio Carlos Valadares (PSB/SE).

EDUCAÇÃO

PL 5.432/01 - Dispõe sobre a inclusão obrigatória da disciplina “noções de direito” no currículo escolar do ensino médio.

Deputado Nilson Mourão (PT/AC).

Rejeitado na CECD. Parecer do dep. Joel de Holanda (PFL/PE).

SEXUALIDADE

PL 434/99 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e aids nos primeiro e segundo graus de ensino e nos cursos de formação de professores e dá outras providências.

Deputado Magno Malta (PTB/ES).

Rejeitado na CECD. Parecer da dep. Celcita Pinheiro (PFL/MI).

SAÚDE

PLS 195/99 - Dispõe sobre o uso da talidomida.

Senador Lúcio Alcântara (PSDB/CE).

Sancionada a Lei 10.651/03.

PLC 39/02 (PL 4089/98 na origem) - Dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.

Deputado Enio Bacci (PDT/RS).

Aprovado na CAS. Parecer da sen. Fátima Cleide (PT/RO).

TRABALHO E PREVIDÊNCIA

PEC 40/03 - Institui a “Reforma Previdenciária” ou “Reforma da Previdência Social”. Altera a nova Constituição Federal.

Executivo Federal.

Aprovado na CCJR. Parecer do dep. Maurício Rands (PT/PE).

PL 6.388/02 - Aumenta o período de concessão do salário-maternidade e da licença à gestante, em caso de parto antecipado.

Senador Luiz Pontes (PSDB/CE).

Aprovado na CSSF. Parecer da dep. dra. Clair (PT/PR).

Legenda:

CCJR - Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados;

CECD - Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados;

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;

CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados;

CAS - Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal;

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Fórum Social Mundial Temático

Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico

Entre os dias 16 e 20 de junho, mais de quatro mil pessoas reuniram-se em Cartagena de Índias, na Colômbia. Lideranças nacionais e internacionais participaram do Fórum Social Mundial Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico.

O Fórum Temático teve o objetivo geral de propiciar o encontro de diversos setores da sociedade civil para analisar, debater, buscar alternativas e coordenar esforços e ações sobre o narcotráfico e suas relações com a democracia, os direitos humanos e a violência.

Com um chamado à globalização da resistência civil para colocar limite à “hegemonia do facismo social”, o catedrático português Boaventura de Sousa Santos fez a abertura do Fórum. Sua conferência apontou os limites das democracias tal como estão se desenvolvendo dentro do modelo neoliberal, produzindo o paradoxo da existência de democracias políticas representativas, que excluem a possibilidade de participação cidadã, além de impedir o acesso de amplos setores da população aos benefícios econômicos, condenando-os a uma visão de futuro sem aspirações de mudança.

A feminista Virgínia Vargas, uma das diretoras da organização peruana Flora Tristán, avalia a realização do Fórum: “Foi um excelente esforço. O fato de que tenha sido um Fórum temático na Colômbia teve um grande significado já que este país confronta-se com uma profunda guerra interna. Os movimentos sociais estão resistindo ativamente e avançando em propostas democráticas, em torno da paz. Nesse sentido, o conflito colombiano, pela sua crueldade e por suas resistências, aparece paradigmático”.

Durante o Fórum, foram realizados diferentes Encontros Temáticos: Encontro Internacional de Ambientalistas; Encontro Internacional de Educação; Encontro Internacional da Juventude; Encontro Internacional da Cultura e das Artes; Encontro Internacional Sindical; e o Encontro Internacional de Mulheres.

Nesse último Encontro, discutiu-se questões como:

- o que é comum nas experiências de resistência das mulheres populares contra a guerra?
- como gerar e fortalecer as alianças das mulheres populares contra a guerra, o neoliberalismo e por alternativas na construção de outro mundo possível?

Durante esse Encontro, também houve um amplo painel com diferentes experiências locais de resistência à guerra, de elevado conteúdo político. À tarde, foi realizada uma oficina internacional com mulheres de El Salvador, Honduras e Israel. No final do Encontro, foi feita uma

grande marcha de mulheres até o local central do Fórum.

Para Virgínia Vargas, as atividades foram excelentes: “Este foi o espaço mais significativo do ponto de vista de gênero, já que em muitos painéis programados pelo Comitê Organizador havia poucas mulheres”.

Para outras informações sobre o Fórum Social Temático, acesse: www.fsmt.org.co.

Campanha contra os Fundamentalismos

O vídeo da Campanha contra os Fundamentalismos, de responsabilidade da Articulação Feminista Marcosur (AFM), foi veiculado repetidas vezes, enquanto as pessoas estavam chegando ao Encontro de Mulheres. O material também foi transmitido no dia da apresentação de Boaventura, em uma sala com 3.500 pessoas. Virgínia Vargas falou sobre a Campanha na Oficina organizada pela REPEM (Rede de Educação Popular entre Mulheres), sobre Educação para a Paz.

Também houve entrevistas gravadas com feministas. Além disso, o material de divulgação da Campanha foi entregue à coordenação do Fórum para que fosse difundido.

Entretanto, houve questionamentos quanto à forma pouco visível em que a Articulação Feminista Marcosur (AFM) estava posicionada no Fórum. Para Virgínia Vargas, “não houve um posicionamento explícito da AFM no Encontro de Mulheres. Em todo o Fórum, houve uma presença relativa, mais delimitada que expandida”. Mas ela avalia que a participação das feministas representantes da AFM foi muito importante. “Houve muito reconhecimento por parte da REPEM e demais grupos feministas. Ficou evidente, para as colombianas que ali estiveram, que essa presença feminista era em nome da AFM”, explica Virgínia Vargas.

FSM 2004 na Índia

A quarta edição do Fórum Social Mundial será realizada em Mumbai, Índia, entre os dias 16 e 21 de janeiro de 2004. A expectativa do Comitê Organizador é receber cerca de 75 mil participantes, d@s quais 10 mil seriam estrangeir@s.

Em relação ao formato, a proposta de metodologia prevê as seguintes atividades: conferências, reuniões públicas, painel de debates, diálogos, mesas de discussão, seminários, oficinas, testemunhos e eventos culturais. Os temas amplos propostos para o FSM 2004 são:

1. Militarismo, guerra e paz
2. Mídia, informação e conhecimento
3. Democracia, ecologia e segurança econômica
4. Exclusões, dignidade e direitos

MARCHEIA

das Margaridas

2003 RAZÕES PARA MARCHAR

Milhares de trabalhadoras rurais estão se mobilizando para a Marcha das Margaridas*, que será realizada em Brasília, dia 26 de agosto. Com o lema *2003 Razões para Marchar*, 50 mil mulheres irão reivindicar terra, água, salário mínimo digno, direito à saúde pública com assistência integral, o fim da violência sexista e todas as formas de violência no campo.

Raimunda de Mascena, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, fala sobre a importância política da Marcha: “Este grande acontecimento mostra que vamos manter nossa autonomia política diante do Governo Lula. Temos responsabilidade com o Governo democrático que elegemos e, por isso, vamos apresentar e negociar nossa pauta de reivindicações. Também temos esperança nos compromissos assumidos por Lula com a luta das mulheres e com o país, durante a campanha. Esperamos, contudo, que a política econômica do Governo Federal não se sobreponha às expectativas e necessidades do povo”.

Os diagnósticos e propostas das trabalhadoras rurais estão presentes no documento “Texto base para debates”. No capítulo **Acesso das Mulheres à Terra**, há um breve histórico sobre o processo de organização das trabalhadoras rurais, desde a década de 80, no sentido de transformar as relações de gênero e acabar com a subordinação da mulher ao homem.

A Marcha das Margaridas quer discutir com as trabalhadoras rurais

os motivos pelos quais, no Brasil, existe tanta desigualdade na distribuição da posse da terra entre mulheres e homens. Será feito um esforço para que os direitos das mulheres à terra se tornem uma prioridade da luta do movimento sindical, dos movimentos de luta pela terra, das igrejas, das ONGs e, sobretudo, prioridade para o Estado Brasileiro.



Quanto à temática **Meio Ambiente**, o texto aponta a questão das barragens e hidrelétricas, que “vão na contramão da sustentabilidade. A alternativa hidrelétrica era apresentada como fonte energética limpa, renovável e barata. Cada projeto era justificado em nome do interesse público. Mas as obras provocaram deslocamento forçado de populações, acompanhadas por compensações financeiras precárias. O processo de reassentamento, quando houve, não assegurou as condições de vida antes existentes”. Entre outros assuntos ambientais, o texto aborda uma alternativa sustentável de desenvolvimento: a agroecologia.

Discussões sobre um **Salário Mínimo** justo mereceram um capítulo no documento: “Por entenderem que a economia não é um fim em si

mesmo, mas sim um instrumento para a melhoria das condições de vida e trabalho dos brasileiros e brasileiras, as entidades que promovem a Marcha das Margaridas defendem que o valor real do salário mínimo seja dobrado no período de quatro anos. Este aumento real do poder de compra do salário mínimo deve ser acompanhado de políticas concretas que assegurem uma efetiva distribuição de renda, ganhos em produtividade e que impeçam o repasse deste aumento para os preços.”

Na área da **Saúde da Mulher**, a Marcha aponta os principais problemas de saúde das trabalhadoras rurais, as situações de risco e doenças decorrentes das condições de vida e de trabalho dessas mulheres. Também há críticas ao processo de implantação e funcionamento do SUS (Sistema Único de Saúde), e ao PAISM (Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher). As trabalhadoras rurais apresentam, ainda, estratégias para se intervir na política nacional de saúde.

Por fim, a Marcha das Margaridas propõe debater a **Violência Sexista**, aquela em que a mulher sofre pelo fato de ser mulher e é exercida pelos homens. A intenção é levar em conta não apenas a violência praticada nos espaços privados (domésticos), mas também nos espaços públicos, como o movimento sindical, partidos políticos e locais de trabalho que muitas vezes reproduzem práticas de discriminação e violência baseadas no sexo, idade, raça, etnia e orientação sexual.

Para outras informações, acesse: marchamargaridas.contag.org.br.

Mobilizações

Vanete Almeida, integrante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco está acompanhando, de perto, todos os preparativos de sua região: “As mulheres estão animadíssimas. A organização começa pela parte econômica, onde elas fazem rifas, bingos e forrós para juntar recursos. Também estamos tentando conseguir dinheiro para o transporte até Brasília. Vanete, que também integra a Rede Latino-americana e do Caribe, da Mulher Trabalhadora Rural, destaca a violência doméstica, como um dos principais temas de discussão: “No meio rural, é uma questão nova. Nós estamos encorajando as mulheres para denunciar. Devido ao isolamento, existente no campo, as dificuldades são maiores. Imagine a situação de uma mulher que é espancada numa região onde o vizinho mais próximo mora a 20 quilômetros de distância. É muito mais difícil pedir ajuda.”

*A Marcha das Margaridas é organizada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), federações estaduais de trabalhadores na agricultura e Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), além de diversas entidades parceiras.



Conferência inicia construção do Sistema Nacional de Proteção aos Direitos Humanos

Ilustração: Arquivo Revista Mulher Fempress

Um sistema nacional que atue na formulação e monitoramento de políticas públicas e na garantia dos direitos humanos. A elaboração dessa proposta foi o principal compromisso firmado entre mais de mil defensores dos direitos humanos presentes na VIII Conferência Nacional, evento organizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, entre os dias 11 e 13 de junho.

Para conduzir o processo de elaboração do sistema, foi criado um grupo de trabalho com a presença dos três poderes e da sociedade civil organizada. Este grupo será responsável por acumular as discussões a fim de subsidiar os debates da próxima conferência nacional, que será realizada em 2004 e terá pela primeira vez caráter deliberativo.

Segundo a carta final aprovada na plenária do encontro, a Conferência exerceu papel fundamental ao estruturar a construção de uma proposta que possa combater as graves violações de direitos humanos no Brasil. O documento coloca como eixos prioritários nessa luta a criação de um sistema único de segurança pública e a materialização da cultura de direitos humanos nas políticas de segurança alimentar no país, “ampliando o monitoramento do programa Fome

Zero, realizando a reforma agrária e promovendo o acesso à água, além da imediata instalação do Conselho de Promoção do Direito Humano à Alimentação”.

De acordo com o Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Olmar Klich, a criação do sistema avança no sentido de trabalhar a integralidade e interdependência dos Direitos Humanos. “A luta pelos Direitos Humanos até agora estava centrada em uma lógica de reparação, atuando após a violação. A proposta de sistema vai dar um foco mais integral na luta pelos Direitos Humanos, pois ela se

“A proposta de Sistema Nacional vai dar um foco integral na luta pelos direitos humanos.”

(Olmar Klich)

propõe a atuar na proteção, ou seja, evitar que eles sejam violados, e na efetivação, que é fazer com que realmente sejam cumpridos os Direitos Humanos”, afirmou Klich.

Uma ação identificada na carta como importante para a criação do sistema é a transformação do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, hoje ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em Conselho Nacional de Direitos Humanos, além da criação de conselhos em nível estadual e municipal. Segundo a formulação aprovada pela Conferência, esta nova

instituição teria de ser independente, “operacional e orçamentariamente”, plural e eficiente.

A criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos segue uma linha de democratização dos espaços e das decisões na área de Direitos Humanos. Segundo a carta final da VIII Conferência, “é necessário que o monitoramento [dos direitos humanos] possa ser feito com ampla participação social e com capacidade de incidência concreta sobre as estruturas e as práticas”.

O Coordenador de Formação do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Paulo César Carbonari, argumenta nessa linha: “A VIII Conferência foi um marco para o avanço da proteção dos direitos humanos no Brasil, pois aprovou a criação do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos e um processo para que isto seja feito com ampla participação da sociedade”.

De acordo com o integrante do MNDH, “o fato de haver um compromisso com a realização da conferência do próximo ano com caráter oficial e deliberativo e de ter constituído um Grupo de Trabalho para coordenar todo este processo indica para um compromisso concreto com a efetivação do que foi aprovado na Conferência”. Ele completa afirmando ser muito positivo para o movimento ser levada a cabo a proposta apresentada pelo próprio MNDH em 2001, na sétima edição do evento.

* Texto elaborado por integrantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos. (MNDH)

Plano Plurianual 2004/2007: discussões estaduais

“**A** té o final do mês de julho, o Governo deverá realizar uma série de encontros estaduais e no Distrito Federal, a fim de discutir as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2004/2007) com a sociedade civil organizada. O objetivo é contribuir para o aperfeiçoamento da elaboração e da implementação do PPA por meio da participação social.

Nos encontros, as discussões são desenvolvidas a partir da Orientação Estratégica de Governo, que se baseia no Programa apresentado na campanha eleitoral do Governo Lula. Ela estabelece o horizonte para o qual vão se dirigir tanto os orçamentos anuais quanto o próprio Plano Plurianual. A Orientação Estratégica também rege a definição dos programas prioritários na área social, programas de investimento em infraestrutura e em setores ligados à sustentação do crescimento com estabilidade macroeconômica e de todos os demais programas e ações do Governo.

O documento está estruturado em três temas, denominados mega-objetivos:

- Inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- Crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades; e
- Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Estes temas estão divididos em 24 tópicos (desafios), que serão a referência para a elaboração do PPA.

Denominados Fóruns de Participação Social, os encontros tiveram

início dia 30 de maio, em Manaus (AM), com a participação do ministro do Planejamento, Guido Mantega, e do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci.

Goiás foi o segundo Estado a realizar o debate sobre o PPA. Participaram 106 pessoas, representantes de entidades da sociedade civil organizada. Para Irene Maria dos Santos, coordenadora do IBRACE (Instituto Brasil Central), a iniciativa do Governo é um fator positivo, que merece desdobramentos: **“Uma das recomendações destacadas pelos participantes é de que esse não seja apenas um momento pontual, mas que a sociedade civil esteja acompanhando e avaliando as ações do Governo”.**

Quanto à realização do evento, Irene explica que, devido ao pouco tempo de organização, “houve problemas de divulgação, comunicação, emissão de convites. Além disso, apenas num dia, não é possível fazer todas as discussões”.

No Estado de Rondônia, um dos desafios foi comportar tod@s @s participantes no espaço do Fórum já que o número de pessoas superou as expectativas: 400 representantes de entidades compareceram ao debate. Ivaneide Bandeira, conselheira da ONG Kanindé, destaca a diversidade dos segmentos como o aspecto mais positivo: “Reunimos vários movimentos sociais que não costumam ser chamados para esse tipo de discussão. Também conseguimos levar os empresários. Eu acho que essa é a parte mais interessante do processo de discussão do PPA. O povo está querendo participar”. Ela também afirma que a

sociedade quer discutir os programas que integrarão o Plano Plurianual. Segundo Ivaneide, “na Região Amazônica, a questão ambiental é a que gera mais discussões”.

Na Região Sul, o Fórum do Paraná, realizado em Curitiba, reuniu diversas entidades da sociedade civil, representantes de trabalhadores urbanos e rurais, empresários, diferentes igrejas, ambientalistas, a comunidade científica e a juventude, entre outros. “Nós conseguimos reunir os grandes setores convidados, somando um total de 200 pessoas”, comemora João Torrens, diretor-regional sul da ABONG. Grande parte d@s participantes registraram a necessidade de se dar continuidade a esse processo. Segundo Torrens, “durante o encerramento, se propôs a criação de um Fórum permanente entre as organizações. A idéia é socializar informações sobre o andamento das discussões sobre o PPA, no Congresso Nacional”.

Os debates estão sendo realizados sempre com a presença de pelo menos um Ministro, designado pelo Presidente da República. As recomendações dos Estados estão sendo encaminhadas para a Secretaria-geral da Presidência da República. Em todo o território nacional, a discussão do PPA deverá envolver – até o final dos encontros – representantes de mais de duas mil entidades, organizações e movimentos de caráter nacional, regional e temático.

A proposta do PPA 2004/2007 será encaminhada ao Congresso Nacional no prazo determinado pela Constituição: 31 de agosto.

Para outras informações, acesse o site: www.planobrasil.gov.br.

Mulheres no Poder

Nesta página do jornal *Fêmea*, divulgamos legislações, proposições legislativas e iniciativas em âmbito estadual e municipal. Continue compartilhando conosco informações sobre Leis aprovadas pelas Assembléias Legislativas ou Câmaras de Vereadores de seu estado ou município que tratam dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.

Envie as informações para imprensa@cfemea.org.br ou CFEMEA/Assessoria de Comunicação - SCN Quadra 6, Bl. A, sala 602, Ed. Venâncio 3000, Brasília-DF, Cep:70.716-000. Fone/fax: (61) 328 1664.

Conselho dos Direitos da Mulher de Tatuí/SP

As mulheres do município de Tatuí estão comemorando uma grande conquista: a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A instalação do novo órgão foi aprovada por unanimidade em dois turnos pelas 16 vereadoras que apreciaram o Projeto de Lei nº 020/03, apresentado pela deputada estadual Lúcia Aguiar Paes (PSDB). A posse das primeiras conselheiras foi realizada dia 30 de maio, logo após a Lei ser sancionada e promulgada pelo prefeito Ademir Borsato.

O Conselho terá como prioridade a defesa da mulher quanto a qualquer tipo de discriminação e violência física, moral ou psicológica, além de prestar assessoria especializada. Outra meta é a promoção de palestras e campanhas de informação, elaboração de programas sócio-educativos junto aos departamentos municipais e prestação de consultoria aos poderes Executivo e Legislativo.

SEDIM/BA

A Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela deputada Lídice da Mata (PSB), deu entrada numa Indicação solicitando ao governador do Estado a criação da Secretaria Estadual dos Direitos da Mulher - SEDIM/Bahia, no âmbito da administração pública estadual direta.

Com a medida, serão fortalecidas as ações do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, como órgão formulador, fiscalizador e de controle social de políticas públicas, para ter condições de cumprir suas funções. Atualmente, o Conselho enfrenta falta de estrutura, equipamentos, recursos e poder efetivo junto aos atores que definem e desenvolvem os programas governamentais.

Violência contra a mulher/CE

No Estado do Ceará, a violência contra a mulher é motivo de sérias preocupações. A fim de averiguar e diagnosticar o problema, a deputada Luizianne Lins (PT) liderou um movimento que culminou com a instalação de uma Comissão Especial na Assembléia Legislativa. A Comissão é composta pelas deputadas: Cavalcante (presidente), Luizianne Lins (relatora), Gislaíne Landim, Leda Moreira, Tânia Gurgel, Inês Arruda e Meire Lima. A defensora Pública, Mônica Barroso, está na coordenação técnica.

Os trabalhos da Comissão foram iniciados com uma visita a cinco delegacias instaladas no Estado. A Comissão também pretende ouvir representantes dos órgãos públicos e entidades privadas que possuem interesse nas questões de gênero e que trabalham no combate à violência.



Parceria civil d@s funcionári@s públic@s/RJ

Já está valendo a lei da parceria civil d@s funcionári@s públic@s do Rio de Janeiro. @s parceir@s do mesmo sexo que tenham união estável com servidor@s estaduais devem ser equiparad@s à condição de companheiro ou companheira para fins de benefícios previdenciários.

A Lei 3.786, de março de 2002, havia sido contestada pelo ex-deputado Carlos Dias, depois de aprovada. O parlamentar entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade na Justiça e obteve uma liminar que suspendia a Lei. Porém, a medida foi julgada pelo Tribunal de Justiça, dia 12 de maio, que acolheu os argumentos da Procuradoria da ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) e derrubou a ação de inconstitucionalidade.

Saúde da Gestante/SP

Em Guarulhos (SP), a Lei 5.842/02, de autoria da vereadora Maria Helena (PT), determina que as maternidades públicas e privadas alojem @ recém-nascid@ junto com a mãe para que ela possa amamentar logo após o parto.

Agora, a vereadora está empenhada em fazer com que os hospitais adotem o Projeto Acompanhante, que está em tramitação na Câmara Municipal. A proposta determina que as maternidades permitam que a gestante seja acompanhada por alguém de sua escolha no pré-natal, no parto e pós-parto.

Para outras informações, acesse: www.mariahelena-pt.com.br.



A mulher e o Código Civil

– Lei Nº 10.406, de 11 de janeiro de 2002 –

O Direito de Família

*Iáris Ramalho Cortês

Neste número do *Fêmea*, continuaremos a estudar o novo Código Civil, abordando os temas: capacidade para o casamento e os impedimentos para o casamento.

Capacidade para o casamento

Todas as pessoas, mulher ou homem, podem se casar a partir dos 16 anos.

Casamento de pessoas com idade entre 16 e 18 anos

Até completar 18 anos de idade, é exigida a autorização da mãe e do pai, conjuntamente, ou de seus representantes legais (tutores, curadores, pessoas de detenha a guarda e a responsabilidade sobre @ menor).

A necessidade da autorização termina aos 18 anos porque é nesta idade que cessa a menoridade, ficando tanto o homem quanto a mulher habilitados para praticar todos os atos da vida civil, inclusive se casar.

Divergência entre a mãe e o pai

Se a mãe ou o pai não estiver concordando com o casamento de sua filha ou do seu filho menor de 18 anos, deve ser procurado um juiz, na Comarca mais próxima de sua residência, para solucionar o desacordo. Isto porque, durante o casamento ou a união estável, o poder familiar compete, igualmente, a mãe e ao pai e, quando existir alguma divergência sobre os filhos, ambos ou um del@s deve buscar a solução na Justiça.

O poder familiar é a responsabilidade que tem a mãe e o pai, conjuntamente, sobre @s filh@s menores. Antes, o Código Civil de 1916 dizia que esta responsabilidade era do pai, com a “colaboração” da mãe e se chamava pátrio poder. Quando havia discordância prevalecia a vontade paterna.

Prazo para revogar a autorização

A autorização para a elaboração do documento pode ser revogada, se esta for a vontade do pai ou da mãe, mesmo que já tenha sido consentida.

Quando a recusa do consentimento é injusta, as pessoas interessadas podem pedir a autorização ao juiz.

Quando pessoas com menos de 16 anos podem casar

Excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil (16 anos de idade),

para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.

Isto porque, surpreendentemente, ainda existe em nosso Código Penal um artigo que diz que o casamento do agente com a vítima é um dos motivos para a extinção da punibilidade (não cumprir uma pena por ato considerado criminoso).

Esta norma pode ser aplicada nos crimes contra os costumes, por exemplo o estupro e o atentado violento ao pudor.

Impedimentos para o casamento

Não podem casar:

- os ascendentes com os descendentes (pai com filha ou mãe com filho, av@ com net@, seja o parentesco natural ou civil (adotivo);
- os afins em linha reta: sogra com nora ou genro, ti@ com sobrinh@ etc;
- o adotante (quem adota) com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- os irmãos, unilaterais (filh@s da mesma mãe e do mesmo pai) ou bilaterais (filh@s da mesma mãe e de pais diferentes ou filh@s do mesmo pai e de mães diferentes), e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive (prim@ legítim@);
- o adotado com o filho do adotante (irmã adotiva com irmão adotivo);
- as pessoas casadas;
- o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

Quem pode alegar impedimento e suspender o casamento

Até o momento da celebração do casamento, qualquer pessoa capaz pode apresentar motivo para o seu impedimento.

O juiz, a juíza ou @ oficial de registro é obrigado a declarar qualquer impedimento que tiver conhecimento.

*advogada e assessora técnica do CFEMEA.

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.



Acontece

O IV Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas, “Mercosul Feminismos em Comum”, vai acontecer entre os dias 08 e 11 de outubro, em Gramado (RS). O objetivo é ampliar o espaço de intercâmbio entre os países do Mercosul no campo dos estudos das mulheres, das relações de gênero e dos enfoques feministas, nas instituições acadêmicas e fora delas. A programação será composta de mesas redondas, conferências, apresentação de trabalhos. O prazo para inscrições de trabalhos é 30 de agosto. Mais informações na página: www.redefem.ufrgs.br.



Cidadãs PositHIVas

A publicação “Cidadãs PositHIVas” é fruto do projeto de mesmo nome realizado por mulheres com HIV/aids de diferentes Estados do Brasil em 2000. O Projeto teve como objetivo geral o fortalecimento individual e coletivo, a melhoria da qualidade de vida e a prevenção da infecção pelo HIV na população feminina. A publicação traz depoimentos, desabafo, trocas e discussões sobre saúde, sexualidade, gênero, auto-estima e ativismo, além dos resultados de questionários aplicados, referentes às necessidades das mulheres com HIV/aids no Brasil. Mais informações no Ministério da Saúde, que apoiou o projeto. Acesse: www.aids.gov.br ou ligue para 0800 611 1997.

Direitos Sexuais

Os direitos sexuais, seus fundamentos e a construção de instrumentos internacionais de garantia à proteção são temas de reflexão do terceiro volume dos Cadernos Themis Gênero e Direito. A publicação apresenta artigos com análises da perspectiva da justiça e da prova material para os crimes sexuais, da influência da postura androcêntrica sobre a ciência jurídica, do papel da mulher no contexto da crise do Direito, além de jurisprudência comentada e um dossiê de casos exemplares e legislação internacional. Mais informações na Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero: (51) 3212-0104 ou www.themis.org.br.

Democracia Viva

O número 15 da revista Democracia Viva, do Ibase, se propõe a “olhar o novo, ou olhar os velhos problemas com um novo olhar”. Os textos discutem: as cotas e a perversidade do racismo; os meios de comunicação e a verdade; intelectuais e cibercultura; a construção social do “problema” das drogas; economia solidária; narcotráfico, violência e direitos humanos; e indicadores de reforma tributária e distribuição de riqueza. Mais informações no Ibase: (21) 3852-6028 ou amigos@ibase.br.

Cadernos Negros

A série Cadernos Negros divulga a literatura voltada para a construção do respeito aos valores culturais africanos. O volume 25, Poemas Afro-brasileiros, traz: Al Eleazar Fun; Andréia Lisboa de Sousa; Atiely Santos; Conceição Evaristo; Cristiane Sobral, Cuti; Domingos Moreira; Edson Robson Alves dos Santos; Esmeralda Ribeiro; Jamu Minka; José Carlos Limeira; Luís Carlos de Oliveira; Márcio Brabosa; Miriam Alves; Oliveira Silveira; Thyko de Souza; Zula Gibi. Mais informações na página: www.quilombhoje.com.br.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 - Ed. Venâncio 3000
70716-000 - Brasília-DF - Brasil

